Práticas educativas das noviças clarissas urbanistas em Portugal e na América Portuguesa(séculos XVII e XVIII)

Dra. Ana Cristina Pereira Lage[1]

Eixo 7: Presencias “invisibles” enlahistoria de laeducación: estúdios de género, etnia e religión

Esta comunicação pretende investigar a formação e a preparação para tomar o *Estado de Religiosa*que ocorria no momento do noviciado nos conventos que seguiam a Segunda Regra das irmãs Clarissas, também chamadas de urbanistas. Os marcos espaciais e temporais são Portugal e a América Portuguesa nos séculos XVII e XVIII. É importante salientar que a relação de trocas de informações e orientações entre os conventos propicia a percepção de uma certa unidade educativa praticadano noviciado, uma etapa que antecedia a profissão de religiosa.

Os conventos são aqui analisados enquanto instituições educativas, uma vez que possuem normas e procedimentos que propiciam uma formação moral e intelectual, especialmente com o desenvolvimento de práticas de leitura e de escrita no momento do noviciado. As fontes para esta pesquisa são variadas: a própria Regra das clarissas que foi elaborada pelo papa Urbano IV (1263), as Constituições Gerais (1683), alguns livros que direcionavam o cotidiano das noviças, documentação administrativa da Corte Portuguesa e manuscritos do interior dos conventos que eram produzidos pelas mulheres que lá habitavam.

Segundo as orientações do Concílio de Trento (1545-1563) e reafirmadas nas Constituições Gerais (1683), para entrar como noviça, a requerente deveria ter idade mínima de 12 anos e plena convicção de sua vocação. No período mínimo de um ano para o noviciado, a jovem era orientada pela Mestra de Noviças, uma religiosa que deveria ter vida exemplar para servir de espelho para as jovens recolhidas. A Mestra era eleita entre as suas companheiras e deveria zelar pelo distanciamento de suas educandas do restante da comunidade. Além disso, tinha que ensinar determinadas orações, o respeito ao silencio nos momentos necessários impostos pela Regra urbanista, e a formação de um caráter que praticasse a humildade, a mortificação e a obediência. Para além dos ensinamentos morais, era necessário ainda o ensino da leitura do Breviário e da língua latina para os momentos de futura celebração do Ofício Divino. Algumas noviças aprendiam a escrever e, quando se tornavam freiras, produziam tanto uma documentação administrativa, quanto particular (por meio de cartas) e elaboravam obras que contavam as suas trajetórias ou de suas colegas no interior do convento, escritos chamados de “vidas exemplares”.Toda a leitura e a escrita que circulava no interior dos conventos era controlada pelos padres confessores.

---

[1] Professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Diamantina, Minas Gerais, Brasil. Pós doutoranda da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná, Brasil. Bolsista CAPES.

As práticas são consideradas enquanto “maneiras de fazer” cotidianas dos sujeitos históricos e são relacionadas social e culturalmente, na construção de seus espaços, suas posições e suas identidades.Nessa perspectiva, esta pesquisa pretende dialogar com o campo da cultura escrita e das instituições educativas. Este trabalho será associado com a História das religiões e as questões de gênero, uma vez que o microcosmo conventual feminino era permeado por regras, constituições e permissões que advinham de uma religião predominantemente masculina. Além disso, o controle das permissões para o acesso aos conventos também partia das ações de homens que participavam da administração lusitana e das relações de poder dos pais das futuras noviças, uma vez que estes conventos abrigavam a elite feminina do império português.